

Prefeitura quer protelar uso de verba em educação

Segundo vereadora, Executivo pede autorização para usar R\$ 280 milhões até 2000

A vereadora Ana Maria Quadros (PSDB) disse ontem que a Prefeitura de São Paulo quer aval da Câmara para protelar por mais três anos e meio a aplicação de uma verba de R\$ 280 milhões em educação. Esses recursos deixaram de ser aplicados nos exercícios de 95 e 96, quando em vez de destinar 30% de sua arrecadação ao setor, conforme o previsto em legislação, a Prefeitura repassou 26% e 26,4%, respectivamente.

Segundo a vereadora, projeto do Executivo enviado à Câmara solicita autorização para que os R\$ 280 milhões sejam utilizados até o ano 2000, no ensino fundamental e pré-escola. O projeto não faz menção a salários de professores, construção de escolas ou compra e distribuição de livros didáticos. Ana Maria Quadros afirmou que os vereadores não podem concordar com esta proposta porque estariam sendo coniventes com uma irregularidade. "Só pelo fato de não aplicar o percentual no setor, as contas da Prefeitura deveriam ser rejeitas pelo Tribunal de Contas", sugeriu a vereadora.

Pesquisa patrocinada pelo Colégio Dante Alighieri, e realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP), aponta a necessidade de uma reciclagem do quadro docente do município. Segundo dados do estudo, "há diferenças marcantes entre quadros de profissionais de escolas mais centrais em relação às de periferia". O levantamento diz que enquanto professores titulares concursados lecionam em escolas centrais, a maioria das vagas de unidades de periferia é ocupada por professores novos ou por adjuntos.

De acordo com a pesquisa, os professores gostariam de dedicar-se exclusivamente à jornada de 40 horas. "Isso se contrapõe à realidade, que leva o professor a uma carga semanal de até 80 horas por lecionar em vários locais." O estudo da FIA aponta ainda um pluralismo pedagógico nas escolas municipais. "Apesar de a Secretaria Municipal de Educação ter adotado o construtivismo", conclui a pesquisa. O estudo foi feito com 400 professores de 1ª à 8ª série em 154 escolas de 144 bairros paulistanos. Os professores alegam que sentem-se despreparados para aplicar o ensino-aprendizado construtivista. Eles argumentam que enfrentam resistências e uma descontinuidade na política educacional.

Contratação — O secretário municipal de Governo, Edevaldo Alves da Silva, autorizou a prorrogação dos contratos e a contratação de até 1.917 professores para a rede de ensino.